

## A Cidade pensada teoricamente

### The City considered theoretically

*Edivaldo Fernandes Ramos*

Mestre em Geografia pela UFMG/IGC

Prefeitura de Belo Horizonte, Brasil

[ediramos73@hotmail.com](mailto:ediramos73@hotmail.com)

Recebido para revisão em 24/04/2015 e aceito para publicação em 11/06/2015

#### Resumo

Toda teoria tem a sua contribuição que pode responder ou não às necessidades interpretativas de um dado momento histórico, mas que sempre provoca a discussão e a reflexão sobre o tema, o que a torna importante. É pensando nesta questão que o objetivo do presente texto é discutir o conceito de cidade a partir da literatura sobre o tema, analisando os principais aspectos a serem considerados na sua interpretação. Buscar-se-á aqui realizar uma discussão teórica sobre a cidade, tentando relacionar as contribuições das principais correntes de pensamento sobre a temática e os pontos de divergência e convergência entre eles.

**Palavras chave:** Cidade, Teoria, Urbano.

#### Abstract

Every theory has its contribution that can respond or not interpretative needs of a given historical moment, but that always provokes discussion and reflection on the theme, which makes it important. Is thinking about this question that the goal of this paper is to discuss the concept of city from the literature on the subject, analyzing the main aspects to be considered in its interpretation. Get yourself here carry a theoretical discussion about the city, trying to relate the contributions of the main currents of thought on the subject and the points of divergence and convergence between them.

**Keywords:** City, Theory, Urban.

## 1. INTRODUÇÃO

Pensar a cidade de hoje é algo instigante e, ao mesmo tempo, desafiador. Um dos maiores desafios desta empreitada é saber lidar com as divergências das correntes de pensamento que, muitas vezes, se opõem, impedindo um trabalho mais amplo ou complementar, na abordagem desse objeto de estudo: a “cidade”.

O debate sobre essa questão deve ser permanentemente atualizado, uma vez que certo tipo de evidência histórica pode realimentar a reflexão teórica porque determinados fatos e eventos ao dinamizarem espaços sociais diferenciados também contribuem para a redefinição das teorias em ciências sociais, onde não se aplicam as regularidades e leis das ciências ditas exatas.

O objetivo do presente texto é discutir o conceito de cidade a partir da literatura sobre o tema, analisando os principais aspectos a serem considerados na sua interpretação. Buscar-se-á

aqui realizar uma discussão teórica sobre a cidade, tentando relacionar as contribuições das principais correntes de pensamento sobre a temática e os pontos de divergência e convergência entre eles.

## 2. OS DIVERSOS OLHARES SOBRE A CIDADE

A cidade bem poderia ser equivalente a um sonho humano imemorial, sustentado pela proximidade entre imaginação e sonho, mesmo que se escondam por trás dos sonhos medos e desejos em difíceis quebra-cabeças, como nos sugere Ítalo Calvino.

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (...) — As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas (CALVINO, 1999, p. 44)

Essa passagem de “As Cidades Invisíveis” ajuda a pensar as cidades da modernidade em seus múltiplos discursos? Durante algum tempo, acreditava-se que as cidades se desenvolviam “naturalmente”, como nos dizem os teóricos da *ecologia urbana* da Escola de Chicago. Outros afirmavam ser a cidade o resultado de relações sociais de produção, como nas sociedades capitalista, onde o espaço urbano não teria nada de natural, pelo contrário integra-se a uma lógica política e econômica maior.

De toda forma, a cidade é um tema complexo, pois envolve uma série de estruturas socioeconômicas e político-culturais interconectadas e de relevância variável no tempo e no espaço, nos longos fluxos e nos fixos breves ou duráveis, como nos sugerem Milton Santos e Fernand Braudel. São diversos os olhares teóricos sobre a cidade. Qual deles é o mais correto? Quem mais se aproxima da realidade? Qual teoria responde melhor às perguntas colocadas pelos diversos pesquisadores? Qual atende melhor às necessidades dos habitantes do espaço urbano? É mesmo necessário escolher entre uma ou outra teoria?

A seguir apresentaremos, de maneira resumida, algumas das contribuições teóricas das principais vertentes do pensamento que se propuseram a discutir esse tema tão complexo: a cidade.

## 3. A ECOLOGIA URBANA DA ESCOLA DE CHICAGO

A vertente que vê a cidade como o resultado de movimentos “espontâneos e naturais”, desenvolveu seus estudos no início do século XX (anos 20 e 30). Um dos maiores expoentes dessa vertente, Robert E. Park promoveu uma série de estudos em que buscava entender o comportamento do homem diante da realidade urbana. Para ele, a cidade, em especial a cidade grande, “tende a dissecar e a desvendar a vista pública e de maneira maciça, todos os traços e caracteres humanos

obscurcidos e reprimidos nas comunidades menores. (...) a cidade mostra em excesso o bem e o mal da natureza humana.” Park argumentava que para além da questão física, econômica e política, a cidade tinha outros elementos que eram determinantes no comportamento do homem urbano. Nesse sentido ele aponta que,

A cidade é algo mais que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos. (...) Antes a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes, e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente, da natureza humana (PARK, 1973, p.26).

Para Park, a cidade, entretanto, não pode ser definida apenas como unidade geográfica e ecológica, ela é também uma unidade econômica e sua organização é fundada na divisão do trabalho. É a partir dessa divisão que se dá a competição em seu espaço. O crescimento da cidade leva ao acirramento das rivalidades e assim as necessidades econômicas tenderiam a controlar a distribuição da população. As pessoas passam a agir a partir de movimentos psicológicos, condicionados pelos efeitos da divisão do trabalho. O espaço urbano seria, então, o lugar ideal para se perceber esses processos de competição devido à concentração de indivíduos. Em suas palavras, “É a cidade, e especialmente a grande cidade, onde mais do que em qualquer lugar as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesses e em termos de dinheiro, e, num sentido bem real, um laboratório para a investigação do comportamento coletivo.”

Outro autor dessa vertente de pensamento, Luis Wirth, apresenta uma análise parecida com a de Park. No entanto, ele diz que “a cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea” (WIRTH, 1973, p. 91). Assim como Park, ele defende que a cidade é caracterizada por contatos mais secundários do que primários, ou seja, os contatos da cidade podem ser face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários. A partir da análise do chamado “modo de vida” urbano, Wirth tenta demonstrar que a cidade possui uma lógica ecológica, onde se estabelece um modelo típico de relações sociais que estão sujeitas a mecanismos característicos de controle social.

Um dos grandes méritos dessa visão está no fato de considerar a dimensão cultural do processo de urbanização e de tentar perceber o comportamento humano diante desse espaço extremamente competitivo: a cidade. Eles apresentam uma análise do comportamento humano diante da cidade, discutindo problemas sociais e econômicos a partir de um viés psicológico.

Analisando a contribuição dessa vertente teórica Castells (2000), aponta que

a eficácia social desta ideologia vem do fato de ela descrever os problemas cotidianos vivenciados pelas pessoas, ao mesmo tempo em que propõe uma interpretação em termos de evolução natural em que está ausente a divisão em classes antagônicas. Isso possui a força do concreto e dá impressão tranquilizadora de uma sociedade integrada, juntando as forças frente aos problemas comuns. (CASTELLS, 2000, P.138)

As principais críticas a esta escola estão relacionadas, principalmente, ao fato dos estudiosos desta corrente considerarem a cidade como o resultado de movimentos espontâneos e naturais, excluindo a análise da dimensão política. Questiona-se se seria possível compreender os processos que se desenvolvem no espaço da cidade, desconsiderando as relações de dominação entre as classes, sem aprofundar a discussão em torno da produção do espaço urbano.

#### **4. A VERTENTE MARXISTA**

Contrapondo-se à Escola de Chicago, Castells (1980) propõe uma análise da cidade como um “espaço de consumo coletivo”, onde se desenvolvem as relações capitalistas de produção. Essa interpretação permite segundo ele, uma leitura mais ampla da cidade. Sobre isso, o autor destaca,

A concentração espacial dos trabalhadores em cidades e áreas metropolitanas de dimensão cada vez maior determina, por sua vez, a concentração e interdependência crescentes do conjunto de meios de consumo que lhes são necessários. E isso ocorre tanto no que se refere ao consumo individual (produtos distribuídos através do mercado de forma fracionada) como ao consumo coletivo (bens e serviços indivisíveis, que correspondem à maioria dos chamados serviços urbanos: educação, moradia, transportes, saúde, áreas verdes, centros culturais etc.). A crescente interdependência das unidades de produção e de gestão, tanto em seu aspecto econômico como em seu aspecto técnico, conduz à criação de um verdadeiro complexo econômico-social, que constitui a estrutura urbana dessas unidades de atividade e de residência que são as cidades (CASTELLS, 1980, p.21).

Assim como Castells, os demais teóricos da vertente marxista se opõem à Escola de Chicago pelo fato de desconsiderarem as lutas de classe como elemento de formação da cidade. Para eles o espaço da cidade é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas.

A maioria dos autores neomarxistas analisa os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização como a manifestação espacial do processo de acumulação capitalista. Nessa perspectiva, a acumulação necessita de um suporte territorial que assegure a expansão dos meios de produção e o controle da força de trabalho assalariada. Nesse processo, o Estado ocupa lugar de destaque, se colocando como um agente a serviço do capital. Contribuindo para esta análise, Harvey citado por Gottdiener (1993, p. 94-95) define a “cidade como um nó de interseção na economia do espaço, como um ambiente construído que surge da mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas de mais valia”. Segundo esta definição a cidade é produzida pela padronização espacial dos processos de acumulação e neles o papel desempenhado

pela forma urbana se deve a possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que regem a disposição da mais-valia concentrada dentro dela. Harvey afirma que o ambiente construído é transformado, essencialmente pelo capital intervencionista que age através do governo.

Para Singer (1978, p.33) a cidade capitalista é um lugar de exclusão, onde não há espaço para os pobres, pois a propriedade privada do solo faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Ele aponta que esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos de propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc. Concordando com Singer, Lúcio Kovarick (1975, p. 55) “argumenta que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos.” O problema na avaliação de Kovarick, “é que os investimentos, nos quais é preponderante a participação estatal, visam quase sempre à lubrificação da engrenagem econômica. Os problemas vividos pela população se transformam em problemas públicos na medida em que são compartilhados pelas camadas dirigentes” (KOVARICK, 1975, P. 50). Os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de “espoliação urbana”. Para viabilizar este modelo de ordem social, o Estado assume feições nitidamente autoritárias e repressoras.

Ainda caminhando nessa linha de análise sobre o papel do Estado na produção do espaço da cidade, Farret (1985) aponta que

o papel desempenhado pelo Estado nos processos espaciais urbanos, seja diretamente, através da produção e distribuição de bens e serviços de natureza coletiva, seja indiretamente, através das legislações de uso do solo e códigos de obras, do mercado de capitais imobiliários etc., fica explícito o seu envolvimento no processo de geração de rendas fundiárias e, portanto, da acumulação de capital. (FARRET, 1985, p. 87).

Desta forma o Estado, através de suas políticas urbanas, está apenas exercendo seu papel: manter a segregação que é funcional, e, além disso, garantir os modos pelos quais a ordem urbana se expande.

Concordando com Farret, Camargo (1976) afirma que no Brasil

a ação governamental restringiu-se quase sempre a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor. (...) Os investimentos públicos costumam funcionar como mola da especulação nas áreas centrais da cidade, quando zonas estagnadas ou decadentes recebem investimentos em serviços ou infraestrutura. (CAMARGO, 1976, p. 26)

Através dessas e outras ações o Estado se coloca a serviço das classes mais abastadas, forjando novas configurações espaciais, em que o pobre é quase sempre expulso para áreas mais distantes. As desapropriações e os planos de reurbanização determinados pelo poder público aceleram ainda mais essa expulsão.

É marcante na visão destes autores dos anos 1970 a maneira como enxergavam a cidade enquanto espaço de exclusão, sendo o Estado o principal agente responsável por tal processo, já que se coloca a serviço das classes dominantes. No entanto, cabe refletir se a cidade de fato produz (e até que ponto) a pobreza ou se ela a absorve, já que a grande maioria das pessoas que migram para ela já era pobre em suas regiões de origem. Desta forma, a cidade pode também ser vista como lugar de inclusão, pois recebe uma enorme quantidade de pessoas que viviam problemas sociais gritantes em suas regiões de origem e que, na cidade conseguem, em muitos casos, ascender socialmente.

De toda a forma, a cidade é vista de maneira diferente pelos diversos atores sociais que estão envolvidos em sua produção/apropriação como sugere Ana Fani A. Carlos. Observando os extremos, ela nos diz que existe o ponto de vista do capitalista, produtor de mercadorias, e o ponto de vista do morador, consumidor<sup>1</sup>. Sobre isso ela acrescenta,

Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção (distribuição, circulação e troca) e nesse sentido é o lócus da produção (onde se produz a mais valia) e da circulação (onde esta é realizada). Assim entendida, a cidade é também o mercado (de matérias-primas, mercadorias e de força de trabalho); as atividades de apoio à produção (escritórios, agências bancárias, depósitos, etc.). (...) Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o lócus da habitação e tudo o que o habitar implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc. (CARLOS, 2009, p. 46).

Nessa mesma linha de análise, Jean Lojkin (1981, p.154) define “a cidade capitalista como o produto de uma dupla socialização: a das condições gerais de produção e a do espaço. Seria assim possível falar – a respeito do impacto global das atividades urbanas sobre a economia capitalista – de *efeitos de aglomeração urbana*” (conceito similar ao de economia de aglomeração já utilizado pelos autores da Economia Regional americana). Sendo assim, a cidade desempenharia um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo, mas, inversamente, a urbanização também é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista.

---

<sup>1</sup> Nessa perspectiva, na análise das cidades médias pode-se identificar alguns aspectos que vem sendo investigados por outros autores da atualidade, ao salientarem as condições gerais de produção de algumas cidades de porte intermediário que vêm apresentando economias de aglomeração que as têm transformado em espaços de consumo, com qualidade de vida superior às metrópoles.

A visão apresentada por Lojkin evidencia uma realidade perceptível em muitas cidades da atualidade, que devido a seus atributos urbanos, vem se tornando espaços importantes para a expansão do capital. Nesse grupo de cidades, encontram-se as cidades médias.

Pode-se dizer que, na visão de alguns neomarxistas, a cidade seria o espaço que serviria de suporte ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que é moldada pelos interesses das classes dominantes. Confirmando esta afirmação Topalov argumenta que,

A cidade constitui uma forma de socialização capitalista das forças produtivas. Ela mesma é o resultado da divisão social do trabalho e é uma forma desenvolvida da cooperação entre unidades de produção. Em outros termos, para o capital o valor de uso da cidade reside no fato de que é uma força produtiva, porque concentra as condições gerais da produção capitalista. Estas condições gerais por sua vez são condições da produção da força de trabalho. São, além disso, o resultado do sistema espacial dos processos de produção, de circulação, de consumo; processos que contam com suportes físicos, ou dizer, objetos materiais incorporados ao solo (imobiliário). (...) Em resumo, como sistema espacializado de elementos, a cidade é uma forma de socialização capitalista das forças produtivas (TOPALOV, 1979, p. 20).

Nessa interpretação a cidade deixa de ser vista apenas como um produto das relações capitalistas de produção e passa a ser encarada, também, como um processo, pois além de ser o resultado das relações sociais de produção, é ainda um meio a partir do qual se desenvolve o processo de acumulação capitalista.

## **5. OS LIMITES DO PARADIGMA MARXISTA E A CONTRIBUIÇÃO DE LEFEBVRE**

Após o exposto, é importante destacar que a vertente marxista também tem sofrido duras críticas, principalmente relacionadas ao seu viés economicista. Para alguns autores, dentre eles Topalov (1988), o modelo baseado em duas classes que o marxismo havia estabelecido, parecia não dar conta de explicar todos os fenômenos da realidade sócio espacial, especialmente aqueles ligados à raça e a cultura de vizinhança, que tinham por base a comunidade, não sendo ligados diretamente ao campo das relações econômicas. As lacunas deixadas pela pesquisa marxista abriam espaço para outras formas concorrentes de pensamento. “Redescobre-se, assim, que as práticas cotidianas apresentam uma coerência da qual se deve dar conta” (TOPALOV, 1988, P.21).

Assim como Topalov, Eduardo Marques e Haroldo Torres (2005) também destacam a incapacidade da pesquisa marxista em dar resposta aos problemas urbanos. Para eles, “as macro narrativas nos deixou sem grandes modelos explicativos para as transformações urbanas recentes”. Explicar a maior heterogeneidade da pobreza e a maior complexidade do espaço urbano, a partir de modelos muito gerais ou através de narrativas homogeneizantes, é algo insuficiente.

Para Marques e Torres (2005), as principais lacunas deixadas pela vertente marxista organizam-se, sobretudo, em três grandes grupos que estão relacionados ao Estado, aos capitais, que

agem no urbano e ao estudo dos espaços periféricos. Segundo a visão dos marxistas do passado (principalmente os da década de 1970) “o Estado era pensado de forma única, monolítica e abstrata, e seus conteúdos e suas ações eram quase sempre explicados a partir dos interesses do capital em geral, dos capitalistas interessados na construção da cidade ou dos grupos sociais mais abastados” (MARQUES; TORRES, 2005, p.27). Em relação aos capitais produtores do espaço urbano, eles afirmam que a sociologia urbana marxista, não o considera verdadeiramente. Isso porque discute a importância do capital em geral para a explicação de várias dinâmicas sociais, ou seja, o capital é entendido como o conjunto de interesses sistêmicos, não sendo redutível a nenhum conjunto de atores concretos envolvidos com a produção capitalista. Para eles a ação política deve ser baseada em atores concretos agindo em ambientes institucionais, relacionais e espaciais específicos, ou seja, o estudo do capital em abstrato não é útil analiticamente. Para Marques e Torres (2005), os capitais produtores do ambiente construído podem ser subdivididos em três grupos:

os envolvidos com a promoção imobiliária (proprietários de terra, construtores de edificações, financeiras, imobiliárias e incorporadoras), os construtores de infraestrutura urbana (viária, drenagem e canalização, grandes estruturas, etc.) e os envolvidos com a promoção de serviços urbanos (como transporte e limpeza urbana) (MARQUES; TORRES, 2005, p. 28).

No que se refere aos espaços periféricos, a principal crítica destes autores está ligada à visão hegemônica que se tem sobre os mesmos. Para Marques e Torres (2005)

a visão hegemônica tende a ver as periferias como homogêneas socialmente e carentes de quase tudo, e tende a encarar a segregação como um processo unificado, unidimensional e perfeitamente cumulativo. Como solução, a visão predominante tende a prescrever genericamente políticas redistributivas para espaços periféricos. (MARQUES; TORRES, 2005, p. 54).

A principal crítica que eles apontam é que desta maneira “os pobres entre os pobres” tendem a ser invisíveis para as políticas públicas, não apenas por terem maiores dificuldades de se organizar e vocalizar suas demandas, mas também porque a rotina administrativa das agências estatais quase nunca os considera de forma distintiva.

Dentre os autores marxistas, o que mais avançou na análise da cidade, ou mais especificamente, na análise do urbano foi Lefebvre. Ele apresenta uma visão do urbano e da cidade como um processo contínuo, em que o espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas. Desta forma, a cidade, ou o espaço da cidade, deixa de ser visto apenas como receptáculo. Em sua definição de cidade Lefebvre aponta a importância de se reforçar o valor de uso em detrimento do valor de troca, pois tal atitude tornaria a cidade mais acessível e mais humana. Para ele,

as cidades são os centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte e monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é valor de troca. (...) A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2004, p. 46)

Para Lefebvre, o mais importante na discussão sobre o urbano é tentar assegurar ao cidadão o direito à cidade, que, em sua avaliação, é o mais essencial dos direitos, pois assegura ao habitante da cidade a possibilidade de emancipação social. Em suas palavras, “O direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas necessidades, em geral mal conhecidas, a certas funções menosprezadas, mas, por outro lado, transfuncionais: a necessidade de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdicas, a função simbólica do espaço.” (LEFEBVRE, 2008, p. 32).

Em sua análise sobre as teorias socioespaciais, Costa (1999) argumenta que Lefebvre conseguiu ir além dos autores marxistas, pois apresentou uma análise da produção do espaço que não trata de forma separada as dimensões econômicas e política; a teoria e a prática. Ele afirma que na obra de Lefebvre o espaço não é visto apenas como meio de produção, ele é também “um meio de controle e, portanto, de dominação, de poder”. Costa salienta que Lefebvre confere um novo status ao espaço, dando a esse uma característica mais abrangente que os autores anteriores. Nas palavras de Lefebvre,

Embora (seja) um produto para ser usado, para ser consumido, (espaço) é também um meio de produção; redes de troca e fluxos de matéria-prima e energia moldam espaço e são determinadas por ele. Portanto, este meio de produção, assim produzido, não pode ser separado das forças produtivas, incluindo tecnologia e conhecimento, ou divisão social do trabalho que lhe dá forma, ou estado e das superestruturas da sociedade. Lefebvre, (*apud* COSTA, 1999, p.8)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas as interpretações sobre a cidade, seja pelo viés da economia política marxista, pela visão da ecologia urbana da Escola de Chicago, ou a análise Lefebvrina e dos pós-estruturalistas, o que fica claro é que a cidade é um objeto de estudo bastante complexo e que carece de muita análise teórico/empírica para seu entendimento.

Toda teoria tem a sua contribuição que pode responder ou não às necessidades interpretativas de um dado momento histórico, mas que sempre provoca a discussão e a reflexão sobre o tema, o que já a torna importante. Descartar uma dada interpretação teórica por posições políticas e ideológicas pode ser um grande erro, já que isso impediria de enxergar aquilo que ela

pode trazer de positivo. É importante tentar absorver, na medida do possível, aquilo que cada vertente de pensamento pode oferecer em termos de contribuição teórico-interpretativa.

## REFERÊNCIAS

CALVINO, I. **As cidades Invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAMARGO, C. P. F. et al. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, M. A ideologia urbana. In: CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 127 – 153.

COSTA, G. M. Teorias socioespaciais: diante de um impasse? In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Porto Alegre, 8, 24-28 de Maio de 1999. **Anais...**Porto Alegre:ANPUR, 1999.

FARRET, R. L. Paradigmas da Estruturação do Espaço Residencial Intraurbano. In: FARRET, R. L. et al. **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1985. p. 73-90.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 93-106.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. cap. 2.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Org.). **São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

PARK, R. E. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G (Org). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2004.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1978. p. 21-36.

TOPALOV, C. **La urbanization capitalista**: algunos elementos para su análisis. México: Editorial Edicol México, 1979. cap. 1. p. 15-35.

TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço e Debates**, São Paulo, Ano VIII, v. 1, n. 23, p. 05-30, 1988.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (Org). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.